

Priorizando a vida: um projeto de Estado e de País

7 medidas imediatas



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

2006 2016

Reduzindo os Homicídios e a Violência Letal no Brasil

Ciclo de Ações e Mobilização

Priorizando a vida: um projeto de Estado e de País



Inovações que têm sido propostas

- ▶ Compreender e tratar a violência como fenômeno multifacetado, demandando, portanto, a construção de iniciativas articuladas, territorializadas e intersetoriais (polícia, justiça, educação, saúde, etc);
- ▶ Focalizar nas mortes violentas intencionais (homicídios dolosos, mortes decorrentes de intervenção policial, policiais mortos, latrocínios e lesões seguidas de morte) e não só nos homicídios juridicamente tipificados como dolosos, garantindo que a questão da violência letal seja enfrentada em toda a sua complexidade;
- ▶ Promover doutrinas baseadas na resolução de problemas e na integração de esforços e ações das diferentes organizações que compõem o sistema de justiça criminal e de segurança pública do país.
- ▶ Instituir e consolidar processos de avaliação, prestação de contas e controle, com forte engajamento e mobilização da sociedade, sobretudo dos próprios protagonistas da questão e das instituições de segurança;

Inovações que têm sido propostas

- ▶ Priorizar ações de prevenção secundária e terciária, atendendo grupos vulneráveis e circuitos em que a violência já esteja presente e possa ser mitigada/eliminada, em especial jovens, na faixa etária entre 12 e 24 anos e de cor/raça negra (pretos e pardos), que concentra o maior número e as maiores taxas de mortes violentas no Brasil;
- ▶ Estabelecer mecanismos de diálogo entre comunidade e polícias, de modo a aproximar linguagens, reduzir espaços de confrontos e construir esferas de pactuação de procedimentos;
- ▶ Criar/Fortalecer programas permanentes de qualificação, no âmbito do Executivo, para que matrizes curriculares e planos de ensino voltados à redução da violência possam ser debatidos e oferecidos aos profissionais envolvidos com a temática.

Princípios de Sustentabilidade

- ▶ Integração Operacional (áreas integradas e metas comuns; articulação do sistema de justiça criminal);
- ▶ Ação Preventiva e Medidas Preditivas (controle de armas, programas de prevenção local, foco territorial);
- ▶ Uso e gerenciamento intensivo de informações (tecnologias, aperfeiçoamento da inteligência, da investigação e dos mecanismos de cooperação);
- ▶ Revisão dos currículos das academias e adoção de novas doutrinas de soluções orientadas por problemas;
- ▶ Aproximação com a comunidade, transparência e prestação de contas;
- ▶ Novos arranjos institucionais para o financiamento de medidas emergenciais.

Programas de redução e controle de homicídios e demais mortes violentas intencionais com foco na gestão compartilhada da segurança pública, articulando atores comunitários na resolução dos problemas relacionados à criminalidade e construção de ambientes mais seguros.

7 medidas emergenciais para a indução de programas de redução da violência letal no Brasil

- ▶ **DIÁLOGO NA PRÁTICA:** planejamento emergencial de áreas integradas e fixação de metas comuns entre polícias estaduais em UF que ainda não as possuem para cada tipo de ocorrência letal;
- ▶ **RESOLVENDO PROBLEMAS.** Revisão infraconstitucional e administrativa de normas e protocolos conjuntos (exemplo NOB Saúde, com regras para escalas, alocação de efetivo e de equipes integradas, focalização, especialização, revisão dos Programas de Proteção à Testemunhas e outros);
- ▶ **NOVOS VALORES.** Revisão da matriz nacional e dos currículos das Academias de Polícia para a elaboração de uma doutrina de investigação de mortes violentas intencionais e fixação de protocolos comuns de ação entre as instituições do sistema de segurança e justiça criminal;
- ▶ **REFORÇANDO CONTROLES.** Revisão dos mecanismos e sistemas para controle de armas e explosivos do Governo Federal (integração SINARM e SIGMA, agilização das autorizações para compra de produtos controlados como coletes balísticos, entre outros);
- ▶ **CUIDANDO DO TRABALHADOR.** Contratação de Apólice de Seguro de Vida para os Trabalhadores da Segurança Pública vinculada ao risco e à exposição à violência;
- ▶ **PRESTANDO CONTAS.** Aprovação da Lei de Acesso à Informação em Segurança Pública (PL 4894/16) e criação do Suplemento Homicídios no SINESP, de forma a fomentar a produção e o acesso a indicadores, a exemplo do que já faz o Datasus;
- ▶ **DESBUROCRATIZANDO E FINANCIANDO AÇÕES.** Adoção de uma matriz de classificação contábil e de despesas em segurança pública única. Criação de grupo de trabalho para análise de viabilidade de implementação de um Fundo Emergencial de Financiamento de ações de Prevenção e Enfrentamento à Violência Letal, com recursos internacionais (BIRD, BID e CAF), de até R\$ 3,3 bilhões, em 10 meses.